

**PRÁTICAS EDUCATIVAS INTERCULTURAIS COMO INOVAÇÃO
PEDAGÓGICA NA ESCOLA INDÍGENA KAMBIWÁ PEDRO FERREIRA DE
QUEIROZ – IBIMIRIM/PERNAMBUCO-BRASIL.**

Maria de Fátima Souza de França Cabral

Universidade da Madeira- UMa/Portugal

mfranca5ster@gmail.com

Introdução

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, no Art. 210, assegurou às comunidades indígenas, além do uso das próprias línguas, a discussão sobre as questões pedagógicas no âmbito de seus “processos próprios de aprendizagem”. Enquanto que a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN, em 1996, garantiu os direitos de uma educação específica e diferenciada para as escolas indígenas – Art. 78 e 79. (BRASIL, 1988 e 1996). Assim, a concretização da legislação passou a se refletir em ações educacionais promovidas por organizações governamentais e não-governamentais de apoio a educação bilíngüe, intercultural e comunitária e, principalmente, pela participação dos professores/as indígenas como co-autores do processo de incorporação de suas reivindicações. (GRUPIONE, 2005)

A questão que rege esta pesquisa, em andamento, se instaura no contexto da institucionalização da Educação Escolar Indígena, diferenciada, num mundo globalizado, em que os saberes constituídos na escola têm sido vistos, pelos povos indígenas, como componente de valorização da cultura local, sendo que esses saberes têm sido colocados como referência para a educação intercultural indígena e como invariante cultural de inovação pedagógica das práticas educativas. De acordo com Silva (2003a), a “interculturalidade é a maneira de intervenção diante de uma realidade multicultural, que tende a colocar ênfase na relação entre culturas”. O mesmo autor define multiculturalismo como “o reconhecimento de que em um mesmo território existem diferentes culturas” (p. 27). São invariantes culturais que configuram o modo como os indivíduos organizam suas identidades.

Nesse sentido, Fino (2006, p. 1), comenta que qualquer invariante cultural se consubstancia “numa representação comum de escola, profundamente arraigada dentro e fora dela, socialmente partilhada de modo a incluir a generalidade dos estratos da

sociedade, (...) com força suficiente para contrariar propósitos deliberados ou não, de mudança”.

Num contexto com características multiculturais, a dimensão da interculturalidade se instaura como um dos aspectos desejáveis e inovador para a escola indígena, sendo considerada uma condição necessária para que seja respeitada a especificidade da Educação Escolar Indígena, conforme colocada no Plano Nacional de Educação (PNE), meta nº 6, do Capítulo 9, que trata da Educação Indígena, ao se referir sobre a meta de “criar, dentro de um ano, a categoria oficial de ‘escola bilingue’, para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngüe seja assegurada”. (BRASIL, 2001)

Essas prerrogativas norteiam a pesquisa em curso, na medida em que destaca que a preocupação com a educação intercultural e bilíngüe como constitutivo da “categoria indígena” nasce da existência de uma situação já vivenciada de fato, visto que as sociedades indígenas se relacionam com a sociedade não-índia, desde o momento dos primeiros contatos, no início da colonização brasileira, coincidindo com o modelo integracionista de assimilação cultural, sendo a escola um dos instrumentos da assimilação dos índios à “cultura nacional”, na “fronteira” da formação da identidade. São aspectos contraditórios que serão discutidos, no âmbito da pesquisa, a seguir (TASSINARI, In: SILVA & FERREIRA, 2001, p. 44-70).

Problemática de estudo

Atualmente, a maneira como as relações sociais de respeito à diferença, entre índios e não índios se refletem na escola e tem sido examinada por estar presente na exigência da interculturalidade como inovação pedagógica nas práticas educativas das escolas indígenas. A partir dessa constatação, a pesquisa, em andamento, passou a se nortear pelas seguintes questões de partida: Como se efetivam as práticas pedagógicas na Escola Indígena Kambiwá Pedro Ferreira de Queiroz, localizada no Município de Ibimirim-Pernambuco/Brasil, e porque são consideradas inovadoras? Como as políticas da educação intercultural tem se efetivado na perspectiva de inovação pedagógica na referida Escola? Como a diversidade se constitui, na escola pesquisada, conferindo identidade ao povo Kambiwá?

Considerando relevante verificar as relações estabelecidas entre as práticas educativas interculturais como inovação pedagógica, na escola indígena, o interesse pela

temática surgiu da comprovação de que a discussão sobre o consenso quase unânime de que a escola indígena deve ser intercultural, está na pauta das lutas sociais contemporâneas pela valorização da diversidade, na qual se inclui o movimento indígena e sua respectiva demanda educacional. Atualmente, essa perspectiva se reflete como tendência inovadora no atendimento às exigências constitucionais para a Educação Escolar Indígena. (BRASIL, 1996, 1998, 2001 e 2005)

Contudo, existem várias concepções sobre o modo como a interculturalidade se concretiza e, uma delas, se explica através de modelos universais e hegemônicos de educação, de Estado e de sociedade, que não consideram as distinções políticas, econômicas e culturais de cada Nação e definem as estruturas sociais pelo ajustamento às regras gerais do mercado, possuindo significado e poder, num mundo globalizado, sob a tese da “cultura educacional comum”.^[1]

No âmbito das atividades profissionais, a proximidade da pesquisadora com os povos indígenas, se deu por sua atuação na Equipe Técnica da Unidade de Educação Escolar Indígena, na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco/Brasil, participando como formadora nos Seminários Pedagógicos, em atendimento às demandas das políticas públicas educacionais para as escolas indígenas, desde 2006, além da participação na Formação Inicial nas Licenciaturas para estudantes não índios, desde 2007, na Universidade de Pernambuco - UPE, *Campus* Nazaré da Mata, ministrando, dentre outras, as seguintes disciplinas pedagógicas: Currículo e Contemporaneidade, Movimentos Sociais, Estágio Supervisionado, Práticas, História da Educação e Filosofia da Educação, ocasião em que se tem discutido, os fundamentos epistemológicos, políticos e culturais dos saberes no contexto de práticas educativas inovadoras, dentro e fora das escolas índias e não índias.

Em contra partida, estudo anterior realizado no Mestrado intitulado “Parâmetros Curriculares Nacionais: contexto, fundamentos, processo de elaboração e influência no ensino de História”, ambientado em duas escolas da Rede Pública Estadual de Pernambuco, se constituiu em outro componente que motivou a compreensão das intenções educativas nas práticas pedagógicas dos professores/as da Rede Estadual de Pernambuco. (CABRAL, 2002).

Na ocasião, a referida pesquisa revelou, de forma aproximada, que os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs são documentos oficiais que concretizam intenções educativas sem efetivamente mudar o processo de ensino/aprendizagem.

Através dos discursos e das práticas educativas do/as professores/as evidenciamos, ainda, que a prioridade de qualquer política pública para o setor educacional, deve ser a de reconhecer o ambiente escolar em sua multiplicidade de sujeitos em integração.

Nesse contexto, a Secretaria de Educação de Pernambuco (SE/PE) coordena as políticas educativas para a Educação Escolar Indígena, desde 2002, através do atendimento as demandas educacionais das onze etnias, a saber: Atikum, Fulni-ô, Kapinawá, Kambiwá, Pankará, Pankararu, Pipipã, Truká, Xucuru de Ororubá e Pankaiuká – esse último povo está em fase de reconhecimento, que estão distribuídas entre o Agreste Meridional, Sertão Central e do Moxotó /Ipanema; Médio e Submédio do São Francisco. ^[2]

Dentre essas comunidades indígenas, o campo em que a pesquisa está sendo desenvolvida é a Escola Indígena Kambiwá Pedro Ferreira de Queiroz – EIKPFQ, na Aldeia Nazário, no contexto da pesquisa qualitativa, etnográfica, ^[3] localizada no Município de Ibimirim, Sertão do Moxotó/Ipanema/PE-Brasil, que se encontra sob a jurisdição da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco - Gerência Regional de Arcoverde, PE/Brasil. Atualmente, a comunidade Kambiwá é composta de, aproximadamente, 2.722 índios, com famílias organizadas em sete aldeias, a saber: Baixa da Alexandra (Sede, em que se localiza o Posto da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e inclui uma área reconhecida como Área de Retomada, que são áreas reconquistadas pelos povos indígenas na luta pelo direito territorial indígena sobre as terras que tradicionalmente ocupam, de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal do Brasil. (BRASIL, 1988), Nazário, Pereiro, Santa Rosa e Guela. ^[4]

Essa escolha se deu, inicialmente, pela aproximação da pesquisadora junto a Coordenadora Geral das Escolas Indígenas da referida Aldeia, em conversas informais e formais nos Seminários Pedagógicos, anteriormente citados, coordenados pela Gerência de Educação e Direitos Humanos, através da Unidade de Educação Escolar Indígena na Secretaria de Educação de Pernambuco (GEDH/UEEI-SE/PE). Posteriormente, em visitas exploratórias às aldeias, a aproximação com a Coordenadora Pedagógica, da referida Escola, professores, liderança e pessoas da comunidade, também foram atitudes decisivas para a escolha, visto que esse grupo não mediu esforços no sentido de disponibilizar documentos, tempo para observações das aulas e acompanhamento, no deslocamento às Escolas anexas, para o reconhecimento da área, além de apoio para

acolher a pesquisadora na Aldeia Nazário, embora os demais coordenadores e professores das outras Escolas também manifestassem a mesma disposição.

No pólo da Aldeia Nazário, a Escola Indígena Kambiwá Pedro Ferreira de Queiroz reúne, aproximadamente, 150 alunos, atendendo ao 1º ano; 1ª série; 4ª série e classes multisseriadas, de 3ª e 4ª anos, e Educação Infantil. ^[5]

No campo de pesquisa têm acontecido visitas mensais, desde janeiro de 2011, pela pesquisadora, observando e compartilhando das atividades de uma sala de aula multisseriada, de 3º e 4º anos, que reúne estudantes índios, em sua maioria, mas atende a demanda de escolas municipais, localizadas próximas ao território indígena e que deixaram de funcionar. Também estão sendo realizados estudos fora da sala de aula, acompanhando Coordenadoras, professores, liderança, pais e alunos nos rituais de abertura do 1º e 2º semestre e/ou nos Seminários Pedagógicos, participando das discussões e ações de atendimento a organização da Gestão e da Proposta Pedagógica, que têm configurado o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Interno e a Matriz Curricular para as escolas indígenas do Estado de Pernambuco.

Nesse sentido, no que se refere ao apoio à causa indígena estão sendo entrevistados os/as professores/as da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco - COPIPE, sempre presentes nos Seminários Pedagógicos que também atuam nas Escolas indígenas, nas aldeias, a Coordenadora Geral, a Coordenadora Pedagógica e o cacique – que reside na Área de Retomada. Posteriormente serão entrevistados os representantes da GEDH-UEEI/SE-PE; da Gerência Regional de Arcoverde- GRE/Arcoverde; do Centro de Cultura Luiz Freire – CCLF; do Conselho Indigenista Missionário- CIMI; da Fundação Nacional de Apoio ao Índio – FUNAI; da Universidade de Pernambuco - UPE e da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que atuam na assessoria dos Seminários Pedagógicos e na Formação Continuada, específica, no Curso de Licenciatura em Educação Intercultural. ^[6]

Num contexto mais amplo esta pesquisa, que ora se efetiva na escola anteriormente citada, visa contribuir para o aprofundamento teórico sobre práticas pedagógicas em espaços específicos, como o dos indígenas, para o redirecionamento das políticas públicas educativas e os debates sobre interculturalismo/multiculturalismo, identidade e diversidade, influenciadas pelas teorias críticas e pós-críticas do currículo, que questionam por que, o que, para quem, como e para que se aprende. (SILVA,

2003b). Tem a pretensão de oferecer subsídios que orientarão às práticas educativas e a formação dos professores, no compromisso das lideranças indígenas e representantes das organizações governamentais e não – governamentais com a causa indígena, na medida em que poderá apontar reflexões e encaminhamentos para a atuação dos professores/as, coordenadores pedagógicos, lideranças, pais e alunos, e outros parceiros, junto às escolas estaduais indígenas quanto a: 1) um entendimento de práticas educativas interculturais como inovação pedagógica na construção das identidades dos sujeitos e 2) permitirá um conhecimento das ações educativas promovidas pelos docentes, lideranças, pais, alunos e outros parceiros, no sentido de mediar políticas educativas interculturais para o fortalecimento das identidades étnicas dos povos indígenas.

Portanto, essa pesquisa visualiza a possibilidade, conforme já anunciamos, de oferecer pontos de reflexão acerca das práticas educativas interculturais como inovação pedagógica no âmbito das Escolas Indígenas, a partir da visão sistêmica da Escola Indígena Kambiwá Pedro Ferreira de Queiroz – EIKPFQ e dos seguintes objetivos: GERAL - Analisar a efetivação e o caráter de práticas educativas interculturais na perspectiva de inovação pedagógica em contextos de aprendizagens específicos, como na Escola Indígena Kambiwá Pedro Ferreira de Queiroz, município de Ibimirim/PE-Brasil; ESPECÍFICOS - Identificar como se constituem, na EIKPFQ, as práticas pedagógicas interculturais e porque são consideradas inovadoras; Investigar como as políticas educativas têm contribuído para a efetivação de práticas interculturais na referida escola e Destacar como a multiculturalidade e a diversidade se constitui na EIKPFQ, conferindo identidade ao povo Kambiwá.

Os trabalhos voltados aos estudos culturais Moreira (2006), Silva, Hall & Woodward (2000); Hall (1999); diferença e identidade, Silva (2003b), multiculturalismo/interculturalidade (FLEURI, 2003a e b); cultura e identidade (GEERTZ, 1989); reconhecimento de um grupo na sociedade nacional ou internacional (WALZER, 1999); inovação pedagógica e educação (FINO, 2003, 2006 e 2007); Sousa (2000 e 2008) sobre o “olhar etnográfico da pesquisa” na efetivação das políticas educativas; etnopesquisa na prática do trabalho de campo (MACEDO, 2010) e as discussões sobre a legislação e escola indígena, (GRUPIONE, 2006; SILVA & FERREIRA, 2001; CANDAU, 2000), dentre outros, serviram de referência, inicial, para a realização dessa pesquisa.

Conclusão

A questão que se insere nesse estudo está associada à problemática social e política presentes no atual contexto histórico brasileiro, sendo possível afirmar que a educação intercultural se apresenta como possibilidade de contextualizar as relações culturais e étnicas, pelo seu caráter contestador, conflitivo e socialmente contraditório.

Esta realidade tem provocado novas situações pela presença de distintos grupos étnicos nas escolas públicas, espaço que tem favorecido a assimilação cultural pela negação da diferença. Em geral, ignora-se essa perspectiva plural e a educação escolar apresenta uma atitude universalizante por parte dos diferentes atores do processo educacional.

Nesse contexto, as práticas educativas assumem a tarefa não apenas de configurar um referencial teórico que contribui para repassar hierárquica e progressivamente informações, mas possibilita a organização de recursos e conhecimentos entre sujeitos que se auto-organizam na relação de reciprocidade entre si e com o ambiente escolar. Os ambientes da escola, e fora dela, se constituem num espaço privilegiado para as manifestações sociais, afetivas e cognitivas dos indivíduos, no enfreitamento do outro, da cultura e na luta pelo reconhecimento e valorização da identidade, em defesa da justiça social.

Nesse contexto, até o presente momento desse estudo, pode-se constatar que a discussão sobre o consenso quase unânime de que a escola indígena deve ser intercultural, está na pauta das lutas sociais contemporâneas pela valorização da diversidade, na qual se inclui o movimento indígena e sua respectiva demanda educacional. Com base nessa constatação a pesquisa aponta como resultados parciais que, no aspecto administrativo, as normas e os regulamentos da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, e que regem o sistema educativo na Rede Pública, estão sendo revistos, considerando as especificidades das escolas indígenas, que, apesar de estarem nesse sistema, não poderão ser regidas pelas preceitos gerais do mesmo. Contudo, apresentam-se, ainda, inúmeros desafios, como por exemplo, quanto à adoção de metodologias e processos de avaliação que apoiem e reforce práticas educativas interculturais como inovação pedagógica nas escolas indígenas regidas pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

NOTAS

1. Cf. SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Globalizações, política educacional brasileira e pedagogia contra-hegemônica.** Disponível em: <http://cyted.riaipe.net/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=46>. Acesso em 18 de nov. 2009, p. 4-5 e para o aprofundamento das tensões entre Educação, Estado e Economia (CARNOY, 1987).
2. Dados coletados junto a Superintendência de Tecnologia da Informação – Unidade de Informação Estatística da SE/PE, tendo como fonte o Censo Escolar de 2005.
3. Entre os meses de janeiro a março do ano de 2010, foram realizadas, pela pesquisadora, visitas às Escolas Kambiwá, no âmbito da pesquisa qualitativa exploratória, (LUDKE & ANDRÉ, 1986) com o objetivo de delimitar o campo de pesquisa. De acordo com Vasconcelos (In: LIMA & Pacheco, 2006, p. 87), uma das características da pesquisa etnográfica é a “investigação de um grupo mais pequeno de casos, ou talvez mesmo de um só caso em detalhe”. Essa possibilidade orientou na decisão de optar por apenas uma das Escolas do Povo Kambiwá para o estudo.
4. Dados coletados junto a Superintendência de Tecnologia da Informação – Unidade de Informação Estatística da SE/PE, tendo como fonte o Censo Escolar de 2005.
5. Os dados sobre a localização das escolas, distribuição de turmas e nº de alunos, foram informados pela Coordenadora Pedagógica da Escola Indígena Kambiwá Pedro Ferreira de Queiroz, em visita realizada de 8 a 12 de fev. de 2010.
6. A implementação de uma Licenciatura para professores indígenas na Universidade Federal de Pernambuco é uma ação da política educativa de atendimento que se propôs a atender na formação de 450 professores das escolas indígenas na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, para uma modalidade de ensino específica. A proposta estava voltada para a seleção desses professores, através de um processo específico, entre os 639 professores indígenas existentes que já estão atuando nas escolas indígenas do Estado. Contudo, a Universidade Federal de Pernambuco só está conseguindo atender a 180 professores, através da Pró-Reitoria Acadêmica (PROACAD) e da Diretoria de Desenvolvimento de Ensino estabelecendo o Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru/PE-Brasil, no Núcleo de Formação Docente, o Curso de Licenciatura em Educação Intercultural para os professores indígenas. A grade curricular desse Curso se propõe a incorporar os saberes indígenas através de uma estratégia de ensino cooperado na qual aluno e professor produzem conhecimentos sobre a realidade indígena. Com a implantação desse Curso, a UFPE estará respondendo afirmativamente à resolução 03/98 e ao Parecer 10/2002 do Conselho Nacional de Educação, que recomendam às Instituições de Ensino Superior, compreendida no Sistema Federal de Educação, o cumprimento da meta 17 da Educação Indígena, tal como posta na lei 10.172/01: “Que as universidades credenciadas, em especial as mais próximas das populações indígenas, devem se comprometer com as necessidades de formação dos professores indígenas a nível universitário, e que o projeto pedagógico da formação de professores deverá considerar os saberes indígenas, dando cumprimento ao artigo 217 da Constituição Federal”. Cf. Preâmbulo do Projeto do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Pernambuco. (PERNAMBUCO, 2006a).

Bibliografia

CABRAL, Maria de Fátima Souza de França. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** contexto, fundamentos, processo de elaboração e influência no ensino de História. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFPE, 2002.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARNOY, Martin. **Educação, economia e Estado:** base e superestrutura /relações e mediações. São Paulo: Cortez, 1987.

FINO, Carlos Nogueira. **Muros para demolir:** da fábrica de ensinar ao espaço aberto da aprendizagem. Malta: Malta University, 2003.

_____. Inovação e invariante (cultural). In: **Actas do VII Colóquio sobre Questões Curriculares.** Braga: Universidade do Minho, 2006.

_____. Inovação pedagógica: significado e campo (de investigação). In: **Actas do III Colóquio DCE-UMa.** Funchal: Universidade da Madeira, 2007. Disponível em: <www.uma.pt/carlosfino/.../Inovacao_Pedagogica_Significado_%20e_Campo.pdf> Acesso em: 10 de fev. de 2009.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, Rio de Janeiro mai/abr. 2003a, p.16-32. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a02.pdf>. Acesso setembro de 2009.

_____. (Org.). **Educação intercultural:** mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). **As leis e a educação escolar indígena:** Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

_____. **Formação de professores indígenas:** repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LIMA, Jorge Ávila de; PACHECO, José Augusto (Orgs.). **Fazer investigação-** contributos para a elaboração de dissertações e teses. Porto: Porto Editora LDA, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa formação.** Brasília: Liber Livro editora. 2. ed, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio **Identidades, saberes e práticas**. Palestra proferida na Rede Municipal do Recife/PE, em 18/07/2006.

PERNAMBUCO. **Censo escolar**. Superintendência de Tecnologia da Informação – Unidade de Informação Estatística. Recife: SE/PE, 2005.

_____. **Licenciatura em Educação Intercultural**. Centro Acadêmico do Agreste – CAA, Núcleo de Formação de Docente da Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, PE: GEDH/UEEI-SE/PE, 2006a.

_____. **Currículo intercultural**: uma proposta de um currículo em construção. Relatório. Recife: GEDH/UEEI/SE/PE, 2006b.

WALZER, Michael. **Da tolerância**. Tradução Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Globalizações, política educacional brasileira e pedagogia contra-hegemônica**. Disponível em: <http://cyted.riaipe.net/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=46>. Acesso em 18 de nov. 2009.

SILVA, Gilberto Ferreira da. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. In: FLEURI, R. M. (Org.) **Educação intercultural mediações necessárias**. Rio de Janeiro – RJ: DP&A, 2003a, p. 17 - 52.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Documentos de identidade** - uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Antropologia. História e educação: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

SOUSA, Jesus Maria. O Olhar etnográfico da escola perante a diversidade cultural. In: **Revista de Psicologia Social e Institucional**, v.2, nº1, 2000, p.107-120. Disponível em:<www.uma.pt/jesusousa/.../15Oolharetnograficodaescolaperanteadiversidadecultural.pdf>. Acesso em: 12 de fev. de 2009.

_____. Políticas Educativas: discursos e práticas. In: **IV Colóquio DCE-UMa**, Funchal, dez. 2008. Disponível em: <<http://www3.uma.pt/jesusousa/Publicacoes/CIE4.pdf>>. Acesso em: 28 de jan.. de 2010.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **Antropologia, História e Educação**: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo: Global, 2001, p. 44-70.